

Comunidade Solidária — o desafio e a oportunidade

RUTH CARDOSO

Ester Grinspum

O Brasil atravessa um período particularmente desafiador no campo das políticas sociais.

Como é amplamente conhecido, o país experimentou, no passado, elevadas taxas de crescimento econômico e de mudança social que alteraram a sua face, transformando o Brasil numa importante nação urbano-industrial.

Infelizmente, esse padrão de crescimento e as vigorosas transformações não foram suficientes para eliminar profundas desigualdades sociais e regionais do país.

A década de 80, considerada na América Latina como a década perdida do ponto de vista do desenvolvimento econômico, assumiu, no Brasil, uma face especial.

Em primeiro lugar, iniciou-se um processo de intensa modernização e reestruturação do sistema produtivo, com significativos aumentos de produtividade, reorganização empresarial e crescente participação no sistema internacional.

No curto prazo, a modernização vem tendo impacto contraditório sobre o mercado de trabalho.

Por um lado, o surgimento de novas atividades mantém as oportunidades de emprego para alguns grupos — como as mulheres e os jovens. Por outro, apresenta uma tendência latente de ser fortemente economizadora de mão-de-obra, aumenta de forma significativa os requerimentos de qualificação para se ingressar nos núcleos mais estáveis e produtivos do mercado de trabalho e torna vulneráveis, ou mesmo obsoletos, alguns segmentos ocupacionais.

Novas desigualdades e vulnerabilidades se agregam às heterogeneidades já existentes, merecendo especial atenção o crescimento de um significativo contingente de brasileiros que vai se tornando não-empregável, o surgimento de novas formas de desigualdade regional e o agravamento das tensões sociais nas grandes áreas metropolitanas do país.

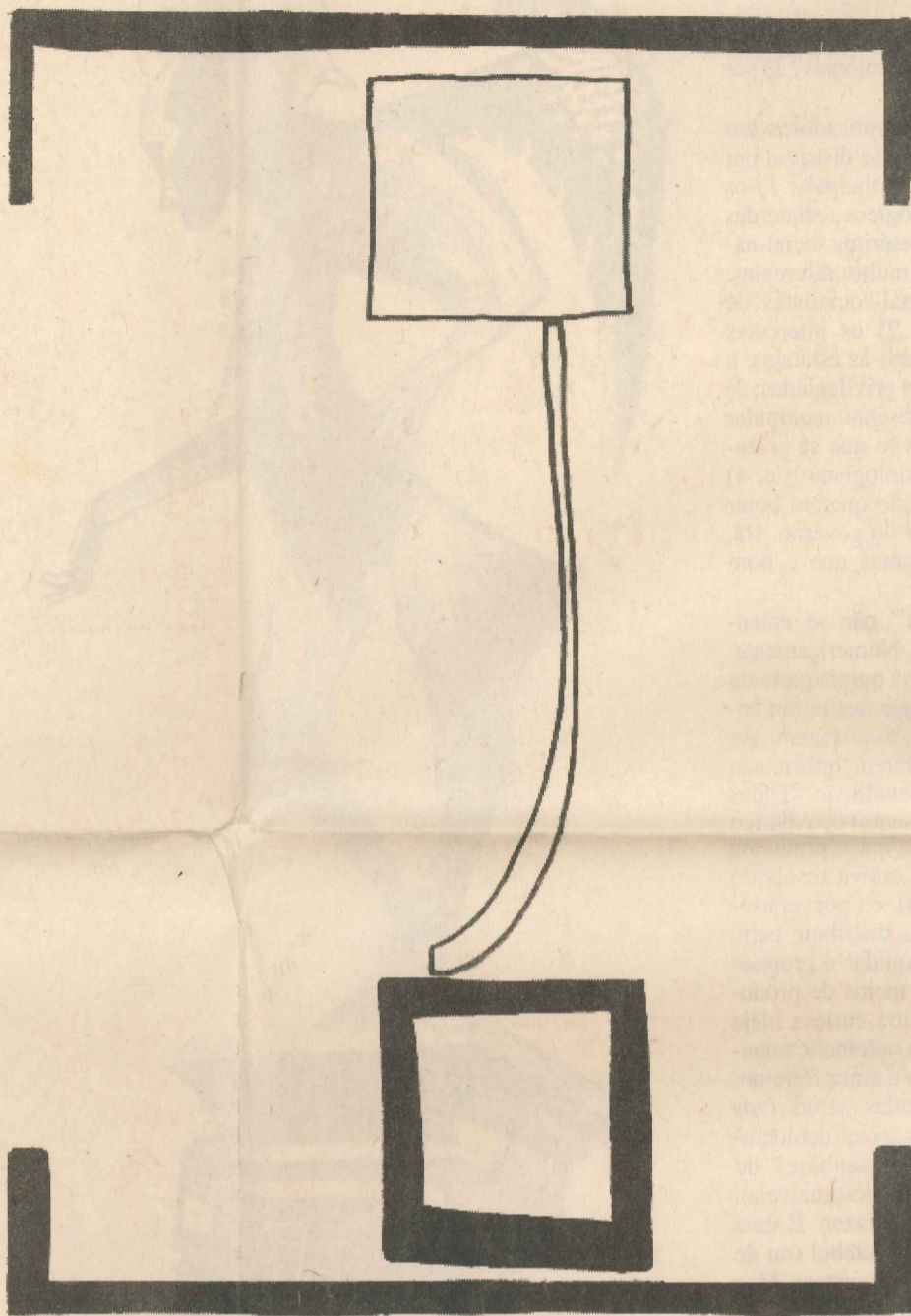
Em segundo lugar, o processo de democratização em curso no Brasil desde o final da década de 70, apesar de ter enfrentado dificuldades e percalços, significou um aumento considerável da participação social e política. Multiplicaram-se as organizações da sociedade civil e sua participação na vida pública.

Em terceiro lugar, o Estado brasileiro foi se tornando crescentemente inoperante, desadaptado para as funções estratégicas que ele é chamado a desempenhar no novo padrão de desenvolvimento e no enfrentamento das novas e complexas questões sociais.

Do ponto de vista social, o momento atual no Brasil é marcado, simultaneamente, por um grande desafio e por uma excelente oportunidade.

O desafio consiste na necessidade de enfrentar de forma decisiva, constante e sistemática um conjunto complexo e diferenciado de problemas sociais antigos e novos.

Assim, por exemplo, o Estado brasi-



Mas é na área de combate imediato a situações agudas de pobreza e fome que estamos procurando avançar mais, baseados na experiência bem-sucedida da Campanha da Cidadania contra a Fome e pela Vida e do Consea, criando um novo programa e intensificando o uso de novos arranjos institucionais para a implementação de políticas sociais. Trata-se da iniciativa conhecida como Programa Comunidade Solidária.

São duas as marcas características dessa iniciativa.

Em primeiro lugar, o empenho em articular a execução das diversas ações do governo federal relevantes para o combate à fome e à miséria.

Em segundo lugar, o compromisso de promover e incentivar parcerias entre os diversos níveis de governo e, sobretudo, entre o Estado e a sociedade. Por

isso, o programa se organiza em torno de dois núcleos distintos que se complementam.

Criou-se uma Secretaria Executiva, vinculada à Presidência da República, e que tem como responsabilidade coordena-

No que se refere à Secretaria Executiva conseguimos:

a) garantir os recursos alocados para os programas, distribuindo-os por um cronograma adequado de desembolso;

b) a inclusão de novos programas que ampliam o universo da ação da Comunidade Solidária;

c) selecionar, a partir de critérios técnicos e em colaboração com os governos estaduais, os municípios em que serão desenvolvidas as ações integradas para reduzir a mortalidade infantil, melhorar o acesso e a qualidade do ensino e proporcionar alimentação à população carente.

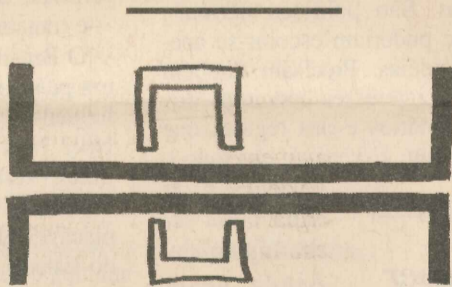
O desafio mais imediato da Secretaria Executiva e do conjunto dos ministérios é fazer com que essa cadeia de ações atinja os Estados e municípios.

No que se refere ao Conselho da Comunidade Solidária conseguimos:

a) identificar as redes sociais através das quais se pode conseguir a mobilização da sociedade e a sensibilização dos governos para a luta contra a miséria;

b) definir três eixos prioritários que concentrarão sua ação promotora e mobilizadora. Cabe ao conselho desenvolver propostas alternativas e inovadoras nos campos da criação de oportunidades de trabalho, capacitação profissional para jovens e promoção da saúde das crianças;

c) a colaboração ativa do Comitê de Entidades Públicas, cuja importante experiência nesses campos de trabalho virá se somar aos esforços da Comunidade Solidária;



O governo vem eliminando as estruturas tradicionais de assistência onde havia ineficiência e clientelismo

leiro precisa se capacitar para cumprir melhor e mais eficientemente seu papel tradicional na área de educação e saúde básica para todos e, ao mesmo tempo, modernizar-se para enfrentar novos desafios que exigem estruturas governamentais mais flexíveis.

A oportunidade reside numa nova disposição das comunidades e suas organizações, dos sindicatos, das universidades, das igrejas e das empresas para colaborar nessa tarefa, assumindo responsabilidades crescentes —como já tem ocorrido, aliás, em diversas áreas (meio ambiente, combate à Aids, direitos humanos, movimento de mulheres e combate à fome e à pobreza, entre outros). Isso significa possibilidades cada vez maiores de uma fecunda parceria entre o governo e a sociedade civil para enfrentar as questões sociais que nos afligem.

Em virtude da gravidade da situação social brasileira, ao lado da ênfase em programas sociais básicos —e, em certo sentido, tradicionais—, cujos resultados só aparecem a médio prazo, há urgência em manter e expandir os programas de assistência social e de combate, a curto prazo, às situações agudas de pobreza e de fome.

Quanto aos programas de assistência social, o governo Fernando Henrique Cardoso vem procurando aumentar sua eficiência e eficácia, intensificando a descentralização das ações para o nível municipal e eliminando as estruturas tradicionais centralizadas onde havia dispersão, ineficiência e clientelismo.

nar a execução de um conjunto de programas do governo federal —cuja dotação orçamentária o novo governo já encontrou definida para o ano fiscal de 1995— considerados relevantes para o combate à fome e à miséria.

Constituiu-se ainda um Conselho da Comunidade Solidária, composto por 32 membros, que eu tenho a honra de presidir.

São 21 pessoas da sociedade civil que se destacaram na luta contra a pobreza e que demonstraram capacidade de mobilizá-la para ações desse tipo e dez ministros de Estado em cujos ministérios se localizam os programas a que acabo de me referir.

Através da articulação desses dois núcleos, será possível, além de implementar uma política de curto prazo de combate à fome e à miséria, transformar de forma duradoura as práticas governamentais de atendimento às populações carentes.

Nestes três primeiros meses, apesar das dificuldades, já foram obtidos resultados concretos.

d) o apoio técnico e financeiro de instituições internacionais. Com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, assinamos um termo de compromisso referente à doação de US\$ 150 mil para viabilizar meios de diálogo entre o conselho e a sociedade.

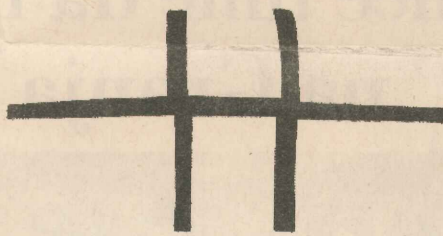
Dada a receptividade que o programa obteve junto a estes organismos, o BID abriu uma linha de financiamento da ordem de US\$ 10 milhões para pequenos projetos da sociedade civil referendados pelo conselho.

A tarefa imediata do conselho é ativar as redes de participação já

existentes, cuja importância reconhecemos como fundamental para enfrentar a miséria promovendo a cidadania.

Não será fácil. Mas os caminhos estão abertos e mostram que não é ilusória a esperança de um país mais justo.

RUTH C. L. CARDOSO, 64, antropóloga, é presidente do Conselho da Comunidade Solidária e primeira-dama do Brasil. É pesquisadora licenciada do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Foi coordenadora de pós-graduação na área de ciência política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (1975-78).



O desafio mais imediato dos ministérios é fazer com que a cadeia de ações sociais atinja os Estados e municípios